



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PRONATEC: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS (DES)CAMINHOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Allana Manuella Alves Dos Santos¹; Dante Henrique Moura²

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – PPGEP/IFRN. allana.mas@gmail.com;

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – PPGEP/IFRN. dante.moura@ifrn.edu.br.

RESUMO

Neste artigo abordaremos as políticas públicas educacionais brasileiras, com ênfase na educação profissional, refletindo sobre o atual contexto da realidade educacional do país. Enfatizaremos o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), instituído pelo governo federal, através da lei n. 12.513/2011. As reflexões aqui suscitadas são frutos de pesquisa bibliográfica, subsidiadas pelo método Dialético e através delas objetivamos discutir algumas contradições que perpassam a materialização do Programa. Concluimos que a materialização do Pronatec, fundamentado na teoria do capital humano, acirra a histórica dualidade educacional do país e contribui para a mercantilização da educação.

Palavras-chave: Pronatec, Educação Profissional, Políticas Públicas Educacionais.

1 Introdução

Em uma sociedade capitalista a desigualdade é pressuposto básico, “indispensável” e se reflete também na educação, materializada por sua vez, através de políticas públicas.

Discutir as políticas educacionais brasileiras é trazer à tona uma série de questões complexas e desafiadoras, uma vez que essas políticas poderão contribuir para ou comprometer os interesses da classe trabalhadora.

A histórica dualidade educacional brasileira está no cerne da maioria dos desafios que se nos apresentam na atualidade. Em torno dessa dualidade existem interesses antagônicos em

¹ Professora de língua espanhola. Aluna do Programa de Pós-Graduação Educação Profissional (PPGEP) e Membro do Núcleo de Pesquisa em Educação (NUPED) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

² Doutor em Educação. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Coordenador do Programa de Pós-Graduação Educação Profissional (PPGEP) e do Núcleo de Pesquisa em Educação (NUPED) do IFRN.



questão, as disputas pela garantia de atendimento às necessidades e interesses é inevitável, o enfrentamento pela garantia desses interesses ocorre nos mais diversos espaços por onde transitam os atores envolvidos, dentre estes, os empresários do ramo educacional.

Dentro desse cenário de complexidades, notadamente a educação, ao longo dos anos, tem sido transformada em mercadoria, deixando de assumir aos poucos, a posição de direito na vida de um contingente cada vez maior de pessoas. Nessa direção, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), objeto de estudo neste artigo tem se mostrado eficiente ferramenta de negação da educação igualitária e gratuita como direito de todos.

Com o objetivo de explicitar algumas contradições nas quais estão envolvidas a materialização do mencionado Programa, nos fundamentamos no materialismo histórico-dialético e recorremos aos estudos realizados por Moura (2007, 2010), Frigotto (2005), Lima (2015), entre outros.

Alem desta introdução, na primeira parte fazemos um breve histórico da realidade educacional do país, a partir dos anos 1930, quando a educação foi proclamada como direito constitucional de todos, até o contexto atual, em que muitas pessoas, levadas pelo discurso da empregabilidade, se empenham na busca pela realização de cursos profissionalizantes de curta duração, sem pensar sobre a real importância que a educação ocupa na vida e na produção da existência humana. Em seguida, tratamos mais especificamente do Pronatec, refletindo sobre algumas questões decorrentes de sua materialização, finalmente fazemos algumas considerações acerca de questões que nos parecem mais relevantes nesta discussão.

2 Educação no Brasil: direito igualitário de todos ou privilégio de alguns?

O Estado brasileiro no decorrer das últimas décadas vem sendo pressionado pelo ideário neoliberal, de que a capacitação profissional, muitas vezes aligeirada, imediata para o trabalho simples, é a chave para resolver o problema da falta de “empregabilidade” da população, especialmente das classes trabalhadoras populares.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Submetendo-se a essa lógica, o governo adota como resposta a implementação de diversos programas na busca da superação do problema ora exposto – “a falta de empregabilidade da população”.

Em um contexto de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, em decorrência de um significativo aumento nos investimentos por parte do Governo Federal, incentiva-se a oferta de cursos que integram o ensino médio e à educação profissional técnica de nível médio na perspectiva da formação humana integral, de qualidade. Não obstante, ao mesmo tempo, o mesmo governo, patrocina programas voltados para a formação, em larga escala, apenas instrumental para o mercado de trabalho, sob o discurso de que esses são pré-requisitos fundamentais para melhorar a “empregabilidade” da população, esquecendo-se que “a luta pelo direito ao trabalho dá-se no campo mais amplo da sociedade.” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 15).

Neste contexto, o governo federal instituiu em 26 de outubro de 2011, por meio da Lei n. 12.513, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que tem como um de seus objetivos, “a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica” (Lei 12513/2011, artigo 1º).

O governo federal tem realizado uma importante expansão da rede federal de educação profissional em todo o país, ao mesmo tempo vem estabelecendo parcerias com instituições educacionais particulares, predominantemente vinculadas ao Sistema “S”.

Se por um lado a expansão da Rede Federal, realizada pelo governo federal, tem contribuído com uma educação de qualidade e que busca realmente formar integralmente os indivíduos, as parcerias com a iniciativa privada, gera uma gama de contradições, uma delas, no que se refere aos objetivos formativos destas, uma vez que as instituições privadas alimentam através da formação ofertada, uma concepção de educação reducionista, portanto em direção oposta à luta pela formação da classe trabalhadora orientada por uma perspectiva que pretende contribuir para a superação das relações de exploração impostas pelo capitalismo. Dessa maneira, acaba reforçando a “situação de fragilidade imensa da classe trabalhadora” (FRIGOTTO, 2010, p. 40), ante o rolo-compressor do Capitalismo.



Um olhar atento à materialização do PRONATEC fomentará algumas reflexões que não podem ser negligenciadas, tais como o alto investimento público na esfera privada, a já mencionada transferência da responsabilidade formativa no que se refere aos pressupostos que orientam a formação oferecida por instituições privadas de educação, a realidade precária em que atuam os docentes, dentre outros aspectos. Referindo-se à materialização do Programa, Lima Filho (2015) afirma que:

Quanto às entidades e redes ofertantes dessas matrículas, as metas estabelecem 940.040 matrículas para as redes públicas, o que corresponde a somente 11,8% do total, enquanto a rede privada ficará com 7.054.735, isto é, 88,2% do total de matrículas, com a transferência dos recursos correspondentes a essas vagas para o Sistema S ou grupos privados de educação profissional. (Lima Filho, 2015, p. 211)

Os pesquisadores da Educação Profissional Tecnológica (EPT), entre eles: Moura (2007, 2010), Frigotto (2005), Ramos (2005), são categóricos em afirmar os desafios governamentais em termos de políticas públicas para a educação, referentes à travessia que deva ser feita, principalmente, do período pós década de 1990. Consideram, entre outros fatores, a dualidade, cujo eixo é o acirramento da diferenciação entre as classes e seus fragmentos, que as reformas educacionais geraram para o sistema de ensino brasileiro: uma opção política danosa para a sociedade e principalmente para a classe trabalhadora, haja vista a dicotomia que se criou entre educação geral e educação técnica (MOURA, 2007).

Nesta compreensão o PRONATEC seria dentro do contexto dos debates teóricos e políticos travados na atualidade, uma estratégia do governo federal, em termos de conciliação entre os interesses daqueles que almejam uma inserção no mundo do trabalho, por meio da realização de cursos e dos interesses de lucro das empresas que vendem esse tipo de formação.

Pensar as políticas de educação desenvolvidas pelo Estado brasileiro ocasiona a reflexão sobre questões complexas da atualidade, como por exemplo, as bases políticas, teóricas e ideológicas que dão sustentação às ações governamentais que objetivam a formação



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

da classe trabalhadora deste país, o que possibilitará a compreensão da gênese de alguns fenômenos sociais.

Dentro da realidade estabelecida, faz-se não apenas oportuno, mas necessário, que reflitamos acerca das políticas públicas educacionais, que têm sido implementadas pelo governo.

A Constituição Federal Brasileira trata o emprego e a educação, como direitos de todos. Porém, o mercado de trabalho tem mostrado como principal característica o elevado e crescente número de trabalhadores informais e que, portanto, não têm assegurados os direitos trabalhistas. Há também aqueles que têm acesso a um emprego formalmente assalariado, mas, pressionados pelos ‘acordos’ extra-oficiais e tendo em jogo a produção da existência, se submetem ao exercício de suas funções em condições precárias (ANTUNES, 2011).

A classe trabalhadora tem sido com o passar dos anos, utilizada pelo modelo econômico vigente no Brasil, como ferramenta de legitimação da dinâmica capitalista. Com isso, a capacidade da classe trabalhadora de construir e defender um cenário de respeito aos direitos sociais básicos e de atendimento às necessidades humanas tem sido cerceada por discursos que negam as determinações sociais e responsabilizam os indivíduos que ficam à margem do mercado de trabalho, “neste contexto, irônico e cínico, aqueles que são vítimas da exploração, espoliação e alienação passam a ser culpados por serem explorados” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS 2005, p. 34). Assim reproduzem-se e acentuam-se as desigualdades e responsabiliza-se cada vez menos o Estado.

Ao longo dos anos o termo educação, tem sido objeto de disputas ideológicas distintas no campo das políticas públicas, uma vez que o compasso entre as concepções norteadoras dos marcos legais normativos, comprometidos com a efetivação de uma educação emancipadora, colidem com os interesses da classe dominante, também pelo fato de que “[...]a educação, para além de constituir em determinado tipo de direito, o direito social, configura-se como condição necessária, ainda que não suficiente, para o exercício de todos os direitos [...]” (SAVIANI, 2013).



Ainda segundo o mesmo autor, “conhecimento implica a capacidade de compreender as conexões entre os fenômenos, captar o significado das coisas, do mundo em que vivemos.” (SAVIANI, 2013), ou seja, quanto melhor for a educação da população, maiores serão as possibilidades de intervenção consciente na realidade em que vive, o que entra em choque com os interesses da classe dominante, que tem disputado as concepções do campo educacional, com o interesse de legitimar um projeto societário que colide com a transformação da sociedade em que vivemos.

Apresentadas algumas reflexões acerca da realidade do cenário da educação profissional brasileira, cabe discutir que dentro da lógica do capitalismo, na qual a força de trabalho da classe dominada é vendida aos proprietários dos meios de produção em troca do salário e é por meio do salário recebido nesta relação, que a classe trabalhadora mantém sua sobrevivência, há uma necessidade de formação profissional.

É imprescindível que a classe trabalhadora compreenda o modelo de desenvolvimento econômico em que está imerso, bem como as relações a que por meio dele está submetida. Este modelo de desenvolvimento econômico, tem alimentado entre outras falácias, o ideário da empregabilidade, de que quanto mais qualificado, maiores as chances de inserção e manutenção nos postos de trabalho, o que tem motivado uma busca desenfreada por cursos de formação, de preferência cursos rápidos. O ideário da empregabilidade é contestado por Pino ao afirmar que “é ingênuo acreditar que é possível corrigir as distorções do mercado em função da qualificação dos trabalhadores e das trabalhadoras.” (PINO, 2011, p. 79).

Ainda de acordo com o mesmo autor “[...] não há no capitalismo a possibilidade concreta de satisfação de empregos. Não há geração de empregos em condições suficientes para atender a todos e a todas.” (PINO, 2011, p. 80).

3 Considerações finais

Vivemos uma época histórica em que o capital aprofunda sua lógica destrutiva, comprometendo drasticamente o atendimento aos direitos sociais básicos, dentre eles a educação. Temos testemunhado um salto no uso do dinheiro público para socorrer a



lucratividade do capital e dentro desta lógica, o Estado passa a priorizar as ‘necessidades’ do capital, em detrimento das necessidades humanas.

Um olhar desatento aos números que representam os investimentos feitos em políticas públicas de formação profissional no Brasil nos fará crer que o Governo Federal tem cumprido com seu papel de garantir as condições de que os cidadãos Brasileiros tenham, por meio da educação, as prerrogativas que lhes permitam a produção digna de sua existência por meio do trabalho. Quando pensamos, porém, sobre a trajetória e algumas especificidades da mesma, logo refletimos sobre a necessidade de uma educação que proporcione a classe trabalhadora, os elementos necessários á compreensão da realidade em que estão submersos, para que partindo desta, possam buscar alternativas de superação do sistema capitalista.

A educação profissional no Brasil precisa ser vista como parte de direito à educação, o que temos presenciado é que no decorrer da história, ela vem sendo tratada como acessório e este, visa a contenção social dos indivíduos, que são empurrados pela educação recebida, a atender as demandas do capitalismo.

As intencionalidades não declaradas nos marcos legais, das políticas públicas de educação profissional no Brasil, têm gerado ao longo dos anos, exclusão, desigualdade e têm evidenciado sua centralidade nos interesses do capital.

A desintegração entre teoria e prática na formação recebida pela classe trabalhadora, o que tem sido a intencionalidade não declarada do Pronatec, fragmentam ainda mais, os conhecimentos adquiridos, o que acirra a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, já existente numa sociedade dividida em classes, colocando a classe trabalhadora em situação ainda mais frágil ante a possibilidade de transformação social.

A batalha por uma escola, que desenvolva as capacidades humanas e que por consequência, munam a classe trabalhadora, passa por práticas revolucionárias, mesmo num contextos de acirradas disputas ideológicas, ela é parte da luta pelo fim da sociedade capitalista, pela construção de uma sociedade justa, onde educação de qualidade não seja privilégio de apenas alguns.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei N° 12.513, de 26 de Outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Presidência da República. Brasília, DF, 2011. Disponível em: [http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/lei_12513.pdf...>](http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/lei_12513.pdf...) Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

CIAVATTA, Maria (Org). **Gaudêncio Frigotto: Um intelectual crítico nos pequenos e nos grandes embates.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. (coleção perfis da educação, 6)

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

_____.Galdêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org). **Metodologia da pesquisa educacional.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **A CIDADANIA NEGADA.** 5. Ed. -São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA FILHO, Domingos Leite. **Educação Em Questão.** Expansão da educação superior e da educação profissional no Brasil: tensões e perspectivas, Natal, v. 51, n. 37, p. 195-223, jan./abr. 2015.

MAURO, Del Pino. Política educacional, emprego e exclusão social. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **A CIDADANIA NEGADA.** 5. Ed. -São Paulo: Cortez, 2011.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. In: **Anais da 30ª Reunião Anual da ANPED.** Caxambu/MG: ANPED, 2007.

RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

_____.Dermeval. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: Abordagem histórica e situação atual. **Educação e Sociedade** [online]. 2013, v. 34, n. 124, p. 743-760. Disponível em:<<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 08 de janeiro de 2013.